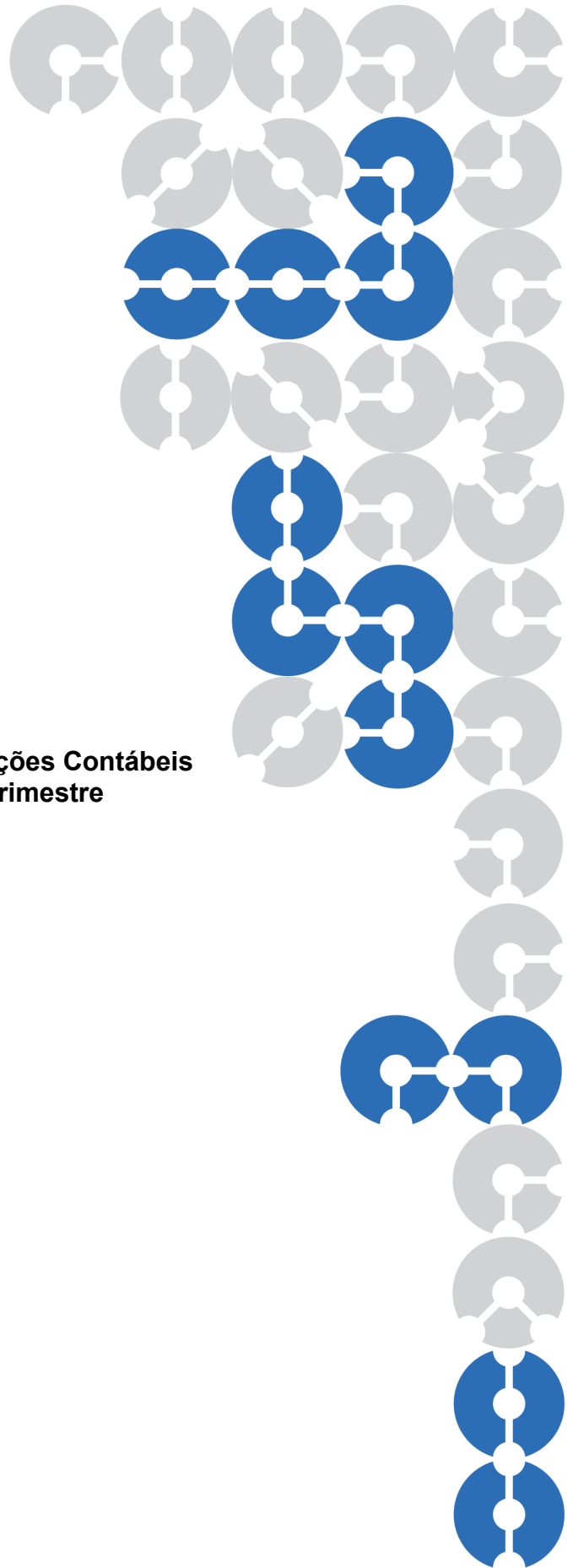
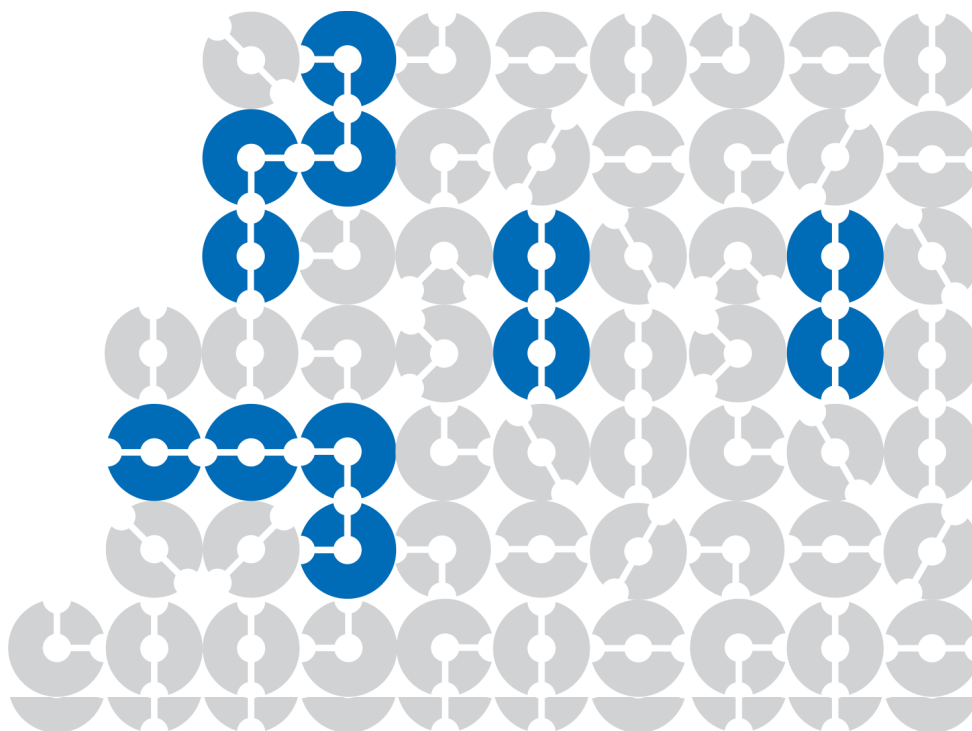


Demonstrações Contábeis
3º Trimestre



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
3º Trimestre
2018



Sumário

Balanco Patrimonial.....	5
Demonstração do Resultado do Exercício	6
Demonstração dos Resultados Abrangentes	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	9
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
2.1 – Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade.....	9
2.2 – Base de mensuração.....	9
2.3 – Moeda funcional e de apresentação.....	9
2.4 – Uso de estimativas e julgamentos.....	9
2.5 – Implementação do CPC 47	10
2.6 – Mensuração do valor justo.....	10
NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	10
NOTA 5 – CLIENTES.....	10
NOTA 6 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL.....	11
NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	11
NOTA 8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS.....	11
NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL	12
NOTA 10 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS.....	12
NOTA 11 – IMOBILIZADO	13
11.1 – Movimentação do Imobilizado.....	13
11.2 – Movimentação da Depreciação/ Amortização.....	14
NOTA 12 – INTANGÍVEL.....	14
NOTA 13 – CONSIGNAÇÕES.....	15
NOTA 14 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS.....	15
NOTA 15 – IRPJ e CSLL.....	16
15.1 – Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL.....	16
15.2 – Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos	17
NOTA 16 – FORNECEDORES.....	17
NOTA 17 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS	18
17.1 – Obrigações com Pessoal – 13º, Férias e Licença Prêmio.....	18
NOTA 18 – PROCESSO TRABALHISTA A PAGAR.....	18
NOTA 19 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	19
NOTA 20 – PROCESSO TRABALHISTA A PAGAR.....	19
NOTA 21 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	19
21.1 – Ações Cíveis Relevantes.....	20
21.2 – Processos classificados com Possíveis ou Remotos de Execução	21
21.3 – Contingência Tributária.....	21
NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22
22.1 – Lucros/ Prejuízos acumulados.....	22
NOTA 23 – RESULTADO DO EXERCÍCIO	22
23.1 – Receita Bruta.....	22
23.2 – Receita Líquida.....	22

23.3 – Resultado do Exercício.....	23
23.4 – Custos e Despesas Operacionais	23
23.5 – Composição dos gastos na DRE.....	24
NOTA 24 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	25
24.1 – Plano de previdência complementar	25
24.2 – Demais benefícios.....	25
NOTA 25 – PARTES RELACIONADAS.....	25
25.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes.....	25
NOTA 26 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC.....	26

Balanco Patrimonial

Em milhares de R\$

Ativo	NE	Set/ 2018	Dez/ 2017
Circulante		942.992,7	726.985,0
. Caixa e Equivalentes de Caixa	04	276.001,8	232.780,5
. Ativos Financeiros		356,3	265,7
. Créditos a Receber		572.945,5	391.467,0
Clientes	05	449.862,2	336.880,0
Ressarcimento de Pessoal	06	121.822,1	53.250,6
Créditos Diversos a Receber		1.261,3	1.336,4
. Créditos Tributários	07	91.918,3	95.909,6
. Bens e Valores em Circulação		466,9	556,3
. Despesas Antecipadas		1.057,8	5.759,9
. Ativo não circulante mantido para venda		246,0	246,0
Não Circulante		1.634.454,3	2.861.532,5
. Realizável a Longo Prazo		1.113.690,6	2.300.836,7
Depósitos Judiciais e Recursais	08	281.193,5	280.146,8
Ressarcimento de Pessoal	09	394.995,3	1.545.064,3
Créditos Tributários Diferidos	10	376.974,2	415.273,6
Créditos Realizáveis a Longo Prazo		60.527,5	60.351,9
. Imobilizado	11	453.775,3	494.540,0
. Intangível	12	66.988,4	66.155,8
Total do Ativo		2.577.447,0	3.588.517,5
Passivo		Set/ 2018	Dez/ 2017
Circulante		698.067,8	725.540,7
. Consignações	13	51.972,8	65.997,4
. Tributos e Encargos Sociais	14	113.858,2	119.336,1
. Depósitos Diversas Origens		3.779,7	990,8
. Obrigações a Pagar		528.457,1	539.216,4
Fornecedores	16	78.800,2	186.309,1
Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	17	337.220,7	314.089,8
Plano de Previdência Complementar		37.142,4	36.631,6
Processo Trabalhista a Pagar	18	75.266,5	2.000,0
Outras Obrigações		27,3	185,9
Não Circulante		1.010.520,3	2.226.404,9
Fornecedores		0,0	118,0
Obrigações Tributárias	19	52.454,1	71.471,3
Processo Trabalhista a Pagar	20	197.503,6	0,0
Provisões Trabalhistas e Cíveis	21	226.564,6	1.643.979,3
Plano de Previdência Complementar		532.945,3	509.127,8
Receita Diferida		303,1	1.212,5
Outras Obrigações		749,5	496,1
Patrimônio líquido	22	868.858,8	636.571,8
. Capital		1.061.004,8	1.061.004,8
. Reservas de Reavaliação		138.214,2	138.214,2
. Outros Resultados Abrangentes		(375.940,2)	(376.030,8)
. Lucros/Prejuízos Acumulados	22.1	45.579,9	(186.616,4)
Total do Passivo		2.577.447,0	3.588.517,5

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

Demonstração do Resultado do Exercício

Em milhares de R\$

	NE	Set/2018	Set/2017
Receita Operacional Líquida	23.1	1.885.947,4	1.708.025,8
Custo dos Serviços Prestados	23.2/ 23.3	(837.954,0)	(839.955,1)
Lucro Bruto		1.047.993,5	868.070,7
Despesas Operacionais (exceto resultado financeiro)	23.2 / 23.3	(724.294,4)	(809.722,6)
Despesas com Pessoal e Benefícios		(607.628,9)	(643.990,1)
Depreciação e Amortização		(29.848,7)	(37.528,4)
Locação		(16.677,5)	(21.150,0)
Manutenção		(33.953,2)	(28.994,0)
Serviços de Comunicação		648,1	(1.220,6)
Serviços Profissionais e Contratados		(39.139,6)	(29.445,4)
Serviços Públicos		(12.542,8)	(12.256,1)
Resultado com Créditos a Receber		(6.181,6)	(3.017,7)
Despesas Tributárias Diversas		(2.991,5)	(2.853,6)
Materiais		(2.741,2)	(2.719,9)
Outras Despesas/Receitas		39.385,8	2.093,1
Resultado com Ações Judiciais		(12.623,4)	(28.639,9)
Resultado Financeiro		(1.054,0)	5.941,1
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		322.645,0	64.289,2
Tributos sobre o lucro		(90.448,7)	(14.227,4)
Tributos correntes		(52.149,3)	(36.560,6)
Tributos diferidos		(38.299,4)	22.333,3
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		232.196,3	50.061,9

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em milhares de R\$

	Set/ 2018	Set/ 2017
Resultado líquido do Período	232.196,3	50.061,9
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	90,7	64,6
Ajustes de Instrumentos Financeiros	90,7	64,6
Resultado Abrangente no Período	232.287,0	50.126,5

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em milhares de R\$

	Set/ 2018	Set/ 2017
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	1.843.827,0	1.603.721,3
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	331.281,1	124.559,1
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	197.244,7	229.266,5
Outros Recebimentos	43.231,8	39.289,5
Receita de Compensação Tributária	77.619,7	160.242,7
Tributos e Encargos – inclusive compensação tributária	(539.851,2)	(438.157,4)
Pessoal e Encargos – inclusive compensação tributária	(1.350.684,9)	(1.373.049,6)
Sentenças Judiciais	(88.222,7)	(34.964,5)
Pagamentos a Fornecedores	(378.250,0)	(328.651,7)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	136.195,4	(17.744,1)
Atividades de Investimentos		
Imobilizado/ Intangível	(92.974,1)	(82.011,9)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(92.974,1)	(82.011,9)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b)	43.221,3	(99.756,1)
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	232.780,5	252.297,8
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	276.001,8	152.541,8

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Em milhares de R\$ Patrimônio Líquido
Saldo em 01 janeiro de 2017	1.061.004,8	138.214,2	(309.611,0)	(479.133,2)	410.474,8
Ajuste de Exercícios Anteriores			(119,4)		(119,4)
Saldo em 01 janeiro de 2017 ajustado	1.061.004,8	138.214,2	(309.730,5)	(479.133,2)	410.355,4
Lucros/Prejuízos Líquido			123.114,1	103.102,3	226.216,4
Resultado Líquido do Período			123.114,1		123.114,1
Outros Resultados Abrangentes				103.102,3	103.102,3
Ajustes de Instrumentos Financeiros				3,4	3,4
Ajustes de Passivos Atuariais				156.210,6	156.210,6
IR/CSSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais				(53.111,6)	(53.111,6)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1.061.004,8	138.214,2	(186.616,4)	(376.030,8)	636.571,8
	Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2018	1.061.004,8	138.214,2	(186.616,4)	(376.030,8)	636.571,9
Lucros/Prejuízos Líquido			232.196,3		232.196,3
Resultado Líquido do Período			232.196,3		232.196,3
Outros Resultados Abrangentes				90,7	90,7
Ajustes de Instrumentos Financeiros				90,7	90,7
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.061.004,8	138.214,2	45.579,9	(375.940,1)	868.858,9

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro é uma Empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 13.303 de 30 de junho de 2016, e pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Estatuto Social aprovado pela 2ª Assembleia Geral Extraordinária, datada de 12 de junho de 2018, publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 15 de junho de 2018. O Serpro tem sede e foro em Brasília-DF.

A Empresa tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Os serviços prestados pela Empresa envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da administração pública federal direta e indireta, bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada.

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 – Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

2.2 – Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

2.3 – Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, moeda funcional da Empresa.

2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos adotados por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.5 – Implementação do CPC 47

A empresa está em fase de implementação do NBC TG 47 – Receita de Contratos com Clientes e os impactos serão evidenciados nas demonstrações anuais. Destaca-se que, conforme o pronunciamento, a entidade deve aplicar este Pronunciamento para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018.

2.6 – Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo é aplicável aos ativos circulantes mantidos para venda sendo utilizada a técnica de avaliação Nível 1 (preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos).

NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

No período destas demonstrações intermediárias foram adotadas as políticas contábeis descritas nas notas explicativas do encerramento do exercício de 2017.

ATIVO

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2018	Dez/2017
Bancos c/ movimento	275.367,4	232.340,0
Fundo de aplicação financeira	634,3	440,5
Total	276.001,8	232.780,5

Aumento de R\$ 43,2 milhões em relação ao observado em dezembro em virtude de expansão das entradas de vendas do exercício corrente e exercício anteriores.

NOTA 5 – CLIENTES

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2018	Dez/2017
Clientes	480.606,2	360.376,4
Perda Estimada para crédito em Liquidação Duvidosa	(30.744,0)	(23.496,4)
Total	449.862,2	336.880,0

Os créditos a receber de clientes são apresentados no balanço deduzidos da PECLD. Observa-se um acréscimo de R\$ 113,0 milhões do saldo líquido de dezembro para setembro.

NOTA 6 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

Em setembro de 2018, o Serpro possuía 2361 empregados cedidos a órgãos governamentais, em sua maioria lotados no MF, sendo responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos órgãos cessionários o reembolso dessas despesas. Trata-se de valores a receber, tendo por base as Notas de Ressarcimento (NR) enviadas aos órgãos cessionários.

No encerramento do 3º trimestre o saldo era de R\$ 121,8 milhões (R\$ 53,3 milhões em 2017); o acréscimo de R\$ 68,6 milhões em relação a dezembro decorre sobretudo do reconhecimento de valores a receber relativos a acordo judicial do Processo nº 0204700-25.1989.5.02.0039 (Nota 18).

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2018	Dez/2017
IRPJ/CSLL a compensar	90.374,6	94.365,9
PIS/ PASEP/ COFINS a compensar	1.543,7	1.543,7
Total	91.918,3	95.909,6

O IRPJ e CSLL a compensar (R\$ 90,4 milhões) representa a diferença entre as antecipações (R\$ 120,0 milhões), em sua maioria decorrentes de retenção na fonte efetuada por clientes, e os valores desses tributos devidos (R\$ 52,1 milhões) no final do período de apuração (Nota 15); mais o saldo a compensar de R\$ 22,5 milhões de 2017.

NOTA 8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2018	Dez/ 2017
Depósitos judiciais	233.035,1	234.621,2
Depósitos recursais	41.807,8	39.175,0
Ações fiscais	6.350,6	6.350,6
Total	281.193,5	280.146,8

O saldo de R\$ 281,2 milhões (R\$ 280,1 milhões em 2017) constitui-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. No caso das ações fiscais, correspondem, em sua maioria, a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do MANAD, o que resultou em multa de R\$ 6,2 milhões, em valores da época.

O Serpro interpôs recurso administrativo junto à PGFN, de modo que o valor se mantém depositado administrativamente até o julgamento final da ação (IN RFB 787/2007).

NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2018	Dez/2017
(a) Apropriação por competência	47.433,2	39.007,8
Férias	20.336,0	22.433,3
Licença-prêmio	15.830,6	15.571,2
13º Salário	11.266,6	-
Acordo Coletivo 2017/2018	-	1.003,3
(b) Desembolsos sentenças judiciais (PSE)	323.331,0	155.534,3
Processo Nº 0204700-25.1989.5.02.0039	288.950,0	121.172,5
Processo Nº 2200-85.1993.5.02.0020	23.454,8	23.454,8
Processo Nº 0178400-37.1990.503.0015	3.395,3	3.395,3
Processo Nº 00232400-92.1991.5.03.0001	2.077,9	2.077,9
Outros Processos	5.453,0	5.433,8
(c) Provisões trabalhistas PSE	24.231,0	1.350.522,2
Total (a) + (b) + (c)	394.995,2	1.545.064,3

A redução de R\$ 1.150,0 milhões decorre, em sua maioria, da reversão de provisões trabalhistas associadas ao quadro externo, sobretudo referente ao processo nº 0204700-25.1989.5.02.0039, tendo em vista acordo judicial entre as partes. (Notas 6 e 18)

NOTA 10 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2018	Dez/ 2017
Ativo fiscal diferido	411.077,9	894.933,9
Passivo fiscal diferido	(34.103,7)	(479.660,3)
Total	376.974,2	415.273,6

O saldo representa a diferença entre o ativo fiscal diferido e o passivo fiscal diferido relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais (Nota 15.2).

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo	Depreciação/	Valor Líquido	
	Set/2018	Amortização	Set/2018	Dez/2017
Edifícios	144.137,9	(26.097,2)	118.040,7	116.993,6
Terrenos	67.029,7	-	67.029,7	67.029,7
Estudos e projetos	-	-	-	1.456,7
Obras em andamento	10.593,5	-	10.593,5	23.044,5
Instalações	135.880,5	(70.478,0)	65.402,5	66.241,1
Benfeitorias propr. de terceiros	2.019,9	(1.268,8)	751,1	925,3
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,6	16.678,7
Bens Móveis	859.171,2	(683.892,1)	175.279,1	202.170,4
Total	1.238.042,4	(784.267,1)	453.775,3	494.540,0

11.1 – Movimentação do Imobilizado

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo	Adições	Alienações	Transferências	Baixas	Saldo
	Dez/2017					Set/2018
Edifícios	143.090,7	-	-	1.047,2	-	144.137,9
Terrenos	67.029,7	-	-	-	-	67.029,7
Estudos e projetos	1.456,7	12,8	-	(294,4)	(1.175,1)	-
Obras em andamento	23.044,5	3.177,6	-	(13.876,6)	(1.691,9)	10.893,6
Instalações	122.841,5	-	-	13.038,9	-	135.880,4
Benfeitorias propr. de terceiros	1.934,9	-	-	84,9	-	2.019,8
IPC/90	19.209,6	-	-	-	-	19.209,6
Bens Móveis	866.219,4	20.376,8	(27.365,3)	-	(59,7)	859.171,3
Total	1.244.827,1	23.507,3	(27.365,3)	0,0	(2.926,7)	1.238.042,4

11.2 – Movimentação da Depreciação/ Amortização

Em milhares de R\$

Descrição	2017	Depreciação/ Amortização Acumulada	Alienações	Baixas	2018
Edifícios	(26.097,2)	-	-	-	(26.097,2)
Terrenos	-	-	-	-	-
Estudos e projetos	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Instalações	(56.600,4)	(13.877,6)	-	-	(70.478,0)
Benfeitorias propr. de terceiros	(1.009,6)	(259,0)	-	-	(1.268,6)
IPC/90	(2.531,0)	-	-	-	(2.531,0)
Bens Móveis	(664.049,2)	(47.383,1)	27.389,3	150,7	(683.892,4)
Total	(750.287,4)	(61.519,7)	27.389,3	150,7	(784.267,1)

NOTA 12 – INTANGÍVEL

Em milhares de R\$

Descrição	Dez/2017	Adições	Set/18
Software	537.071,0	33.821,6	570.892,6
(Amortização Acumulada)	(470.915,2)	(32.989,0)	(503.904,2)
Total	66.155,8	832,6	66.988,4

O saldo líquido do intangível no valor de R\$ 66,9 milhões corresponde a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços.

Em milhares de R\$

Descrição	%	Intangível (Set/2018)	Amortização Acumulada	Set/2018	Dez/2017
Brasília	53%	297.518,0	(264.000,6)	33.517,4	37.533,8
São Paulo	39%	230.306,4	(199.370,4)	30.936,0	25.397,4
Outros	08%	43.068,2	(40.533,2)	2.535,0	3.224,6
Total		538.570,0	503.904,2	66.988,4	66.155,8

As unidades de Brasília e São Paulo concentram 92,4% do total do intangível (R\$ 66,9 milhões), constituindo-se como os dois principais centros de dados da Empresa.

PASSIVO

NOTA 13 – CONSIGNAÇÕES

	Em milhares de R\$	
Descrição	Set/2018	Dez/2017
Previdência Social	13.565,3	14.100,6
Pensão Alimentícia	30,7	17,1
IRPF	13.649,2	14.395,4
Tributos Federais Retidos	9.202,0	22.956,2
ISS	532,2	1.544,8
Plano de Previdência e Assistência Médica	10.226,7	8.173,2
Empréstimos, Retenções e Consignatários	4.766,6	4.809,9
Total	51.972,8	65.997,4

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também tributos retidos de fornecedores.

NOTA 14 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Em milhares de R\$	
Descrição	Set/2018	Dez/2017
ISS a Recolher	44929,0	52.492,4
PIS-CONFINS	46.493,5	40.573,6
INSS	14.595,3	18.206,9
FGTS	7.791,8	7.933,7
Outros tributos	48,7	129,5
Total	113.858,2	119.336,1

Trata-se de obrigações já deduzidos os tributos a recuperar. Os saldos do ISS a recolher e INSS contemplam também os valores correspondentes aos acordos de parcelamentos desses tributos, respectivamente, nos valores de R\$ 27,6 milhões (R\$ 31,0 milhões em 2017) e R\$ 2,9 milhões (R\$ 2,9 milhões em 2017), efetuados entre os exercícios de 2014 e 2017.

NOTA 15 – IRPJ e CSLL

15.1 – Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Em milhares de R\$		
Descrição	2018 (Base Set/18)	2017 (Base Set/17)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	322.645,0	64.289,2
(a) Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%	(109.699,3)	(21.858,3)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	19.250,7	(7.630,9)
Incentivos fiscais	1.639,4	1.329,4
Despesas e ganhos não tributáveis	(154,6)	1.080,7
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituído em tributos diferidos	23.060,0	16.270,2
Diferenças temporárias reconhecidas não reconhecida em tributos diferidos	-	(11.049,3)
Diferenças temporárias reconhecidas em tributos diferidos	(5.294,2)	-
Total (a) + (b)	(90.448,6)	(14.227,4)
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	-28,03%	-22,13%

As despesas de IRPJ e CSLL corrente equivalem a R\$ 52,1 milhões, em virtude das adições e exclusões previstas na legislação tributária. O somatório dos tributos correntes e diferidos resultou em R\$ 90,4 milhões no terceiro trimestre de 2018, conforme quadro:

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2018	Set/2017
IRPJ e CSLL Corrente	(52.149,3)	(36.560,7)
IRPJ e CSLL Diferida – diferenças intertemporais	(38.299,3)	22.333,3
Resultado	(90.448,6)	(14.227,4)

15.2 – Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em milhares de R\$			
Descrição*	Saldo em 2017**	DRE	Saldo em 2018 **
(a) Ativo fiscal diferido	894.933,8	(483.855,9)	411.077,9
Provisões trabalhistas e cíveis	558.952,9	(481.920,9)	77.032,0
Passivo atuarial	173.103,4	8.098,0	181.201,4
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	98.827,1	2.099,9	100.927,0
Licença-prêmio	36.749,6	2.096,3	38.845,9
Provisão para acordo coletivo trabalhista 2017/2018	14.198,3	(14.198,3)	-
Plano de previdência complementar	9.828,9	-	9.828,9
Provisão para perdas prováveis	3.273,6	(30,9)	3.242,7
(b) Passivo fiscal diferido	(479.660,3)	445.556,6	(34.103,7)
Processos trabalhistas – PSE	(459.177,6)	450.939,0	(8.238,6)
Provisão ativa – LFTSC	(20.482,7)	-	(20.482,7)
Provisão ativa – Licença-prêmio – PSE	-	(5.382,4)	(5.382,4)
Total (a) + (b)	415.273,5	(38.299,3)	376.974,2

*A descrição refere-se ao fato gerador dos tributos

** O saldo representa 34% do fato gerador

Os tributos diferidos representam 34% (IRPJ e CSLL) sobre as provisões ativas e passivas registradas no balanço, que constituem os fatos geradores desses tributos conforme descrições, referenciadas na nota 15.1 como diferenças intertemporais. A variação em 2018 (R\$ 38,3 milhões) foi reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

NOTA 16 – FORNECEDORES

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2018 Circulante	Dez/2017 Circulante
A vencer	78.800,2	128.708,7
Acordo de parcelamento	-	57.600,4
Total	78.800,2	186.309,1

Redução de R\$ 107,5 milhões das obrigações a pagar junto a fornecedores. Cabe destacar que no terceiro trimestre de 2018 não constam obrigações vencidas junto a fornecedores, os pagamentos suspensos, foram quitados em ago/2018 e os acordos renegociação de dívidas foram quitados em junho de 2018.

NOTA 17 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

Em milhares de R\$

Descrição	Set/2018	Dez/2017
Pessoal a pagar	7.390,1	3.210,9
Ações de Preparação para Aposentadoria	16.740,0	-
Apropriação por competência ACT	-	49.208,0
13º Salário	47.075,6	-
Férias	151.762,5	153.583,9
Licença Prêmio	114.252,6	108.087,0
Total	337.220,7	314.089,8

17.1 – Obrigações com Pessoal – 13º, Férias e Licença Prêmio

Em milhares de R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Aditamentos	Saldo
Licença Prêmio	109.802,2	4.450,4	-	114.252,6
Férias	135.167,8	30.130,6	(13.535,9)	151.762,5
13º Salário	68.858,3	16.456,1	(38.238,8)	47.075,6
Total	313.828,3	51.037,1	(51.774,7)	313.090,7

A apropriação dessas despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)). No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração.

NOTA 18 – PROCESSO TRABALHISTA A PAGAR

Em milhares de R\$

Descrição	Set/2018	Dez/2017
Processo n.º 0204700-25.1989.5.02.0039	54.887,7	-
Processo n.º 01320-1989-.016-01-00-9	20.377,6	-
Processo n.º 0062700-58.1991.5.01.0039	-	2.000,0
Total	75.265,3	2.000,0

Representa as parcelas vincendas nos próximos doze meses referentes aos acordos judiciais homologados com reclamantes do quadro externo cedidos à RFB (Processo n.º 0204700-25.1989.5.02.0039) e quadro interno.

Em relação ao quadro externo, acordou-se entre as partes o pagamento de R\$

247,9 milhões (Processo n.º0204700-25.1989.5.02.0039) e, mensalmente, conforme desembolso, o Serpro emite Notas de Ressarcimento, junto ao órgão cessionário (Nota 6). Cabe ressaltar que essa obrigação estava provisionada em R\$ 1.272,4 milhões, tendo sido revertida com o referido acordo (Notas 6, 9, 18 e 21).

Quanto ao quadro interno, acordou-se entre as partes o pagamento de R\$ 78,7 milhões referente ao Processo nº 01320-1989-016-01-00-9.

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2018	Dez/2017
ISS Renegociado	36.480,5	53.410,9
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	13.762,4	13.762,4
INSS Renegociado	2.211,2	4.298,1
Total	52.454,1	71.471,4

Os tributos renegociados decorrem de parcelamentos de débitos que somando as quantias classificadas no passivo circulante (Nota 14), o ISS totaliza R\$ 64,1 milhões (R\$ 84,4 milhões em 2017) e o INSS R\$ 5,2 milhões (7,2 milhões em 2017). O saldo de PIS-PASEP/COFINS a recolher refere-se às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito, classificadas no ativo não Circulante.

NOTA 20 – PROCESSO TRABALHISTA A PAGAR

Representa as parcelas vincendas após os próximos doze meses dos acordos judiciais dos processos nº 0204700-25.1989.5.02.0039 no valor de R\$ 167,8 milhões e nº 01320-1989-016-01-00-9 no valor de R\$ 29,7 milhões.

NOTA 21 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis (R\$ 226,6 milhões) são suficientes para representar, fidedignamente os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R1)).

Em 2018, houve confirmação da tendência de diminuição do passivo judicial devido à celebração de acordos judiciais que reduziram sensivelmente os riscos dos processos de maior vulto na composição das provisões trabalhistas, dos quais destacam-se os abaixo discriminados.

No processo n.º0204700-25.1989.5.02.0039, 564 empregados do Serpro cedidos à RFB pleiteiam diferenças salariais em razão de desvio de função. Para o referido

processo foi provisionado, no final do 2º trimestre de 2017, o valor de R\$ 1.345,2 bilhões, que foi reduzido para R\$ 18,3 milhões no final do 2º trimestre de 2018, uma vez que, em razão do acordo judicial homologado com 511 reclamantes, restaram no processo apenas 53 reclamantes que não aderiram. O valor ora provisionado se refere apenas à parcela incontroversa, razão pela qual, posteriormente, será majorado para inclusão da parcela controversa a ser apurada. Destaque-se que, nos termos do Despacho do Ministro da Fazenda (Processo Administrativo SEI nº 10951.100661/2018-86), os valores envolvidos serão reembolsados, motivo pelo qual são registrados no ativo não circulante portanto suas movimentações não geram impactos sobre o resultado empresarial, conforme entendimento expresso no parecer Q-56/1994 (<http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/8235>) e compõem o valor do item (c) do quadro demonstrado na Nota 9 (R\$ 24,2 milhões),

Também foram concluídos esforços para a construção de acordos judiciais para a reclamação trabalhista n.º 0132000-50.1989.5.01.0016, que foi movida por empregados do quadro interno, cujo objeto é reintegração à Empresa e seus respectivos efeitos financeiros retroativos. A provisão associada a esse processo variou de R\$ 117,1 milhões para R\$ 124,4 milhões em 2017 e reduziu para R\$ 33,4 milhões no 2º trimestre de 2018. Tal redução representa a concretização das tratativas de acordos iniciadas após êxito parcial de recurso do Serpro datado de março de 2017. Os acordos parciais homologados alcançaram 10 (dez) dos 12 (doze) reclamantes do referido processo principal, com quitação geral de outros 12 (doze) processos judiciais a ele vinculados e que estavam em curso em diversos órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, tendo sido gerada uma significativa e relevante economia para o patrimônio do Serpro, inclusive quanto às custas judiciais à luz da reforma trabalhista. É importante destacar que houve menção na ata de homologação do acordo parcial de junho de 2018 em torno da obrigação do Serpro, na qualidade de patrocinadora, junto à entidade fechada de previdência complementar – Serpros – visando a oportuna quitação da obrigação patronal, cumprindo ressaltar que a definição final quanto aos valores devidos pela estatal ainda está em fase de negociação, restando claro que certamente haverá algum aumento no passivo previdenciário da empresa.

21.1 – Ações Cíveis Relevantes

Ação de cobrança nº 0012357-70.2016.4.01.3400

Trata-se de ação de cobrança movida pelo Serpros Fundo Multipatrocinado em face do Serpro, alegando dívida oriunda do não pagamento dos juros incidentes no período de suspensão pelo TCU dos valores devidos a título de aporte financeiro destinado a viabilização da migração de participantes do plano Serpro I para o plano Serpro II – amortização da dotação inicial – parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - “amortização extraordinária”, no valor total de R\$ 11,3 milhões. O processo encontra-se em negociação junto ao Credor.

O processo está na fase instrutória na primeira instância, não tendo sido possível a conciliação neste caso. A possibilidade de perda desse processo consta como possível. No entanto, pela fase processual atual e o ritmo da tramitação, não se vislumbra a possibilidade de desembolso neste processo pelos próximos 3 anos, pelo menos. Não provisionado, por estar em fase instrutória.

Ação de cobrança nº 0026272-89.2016.4.01.3400

Trata-se de ação de cobrança movida pelo Serpros Fundo Multipatrocinado em face do Serpro, alegando suposta dívida oriunda do não pagamento de encargos incidentes no período compreendido entre abril de 2013 a fevereiro de 2016 referentes ao termo de acordo para parcelamento do aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do plano Serpro para o plano Serpro II e seus aditivos, ao termo de amortização da dotação inicial e ao termo de parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na Lei nº 8.020/90, além da cobrança de encargos incidentes sobre as contribuições paritárias devidas aos cofres dos planos de benefícios do Serpros. Valor cobrado em abril de 2016: R\$ 12,1 milhões.

O processo está **na fase de conhecimento** na primeira instância e as partes demonstram interesse e disposição na conciliação. A possibilidade de perda desse processo consta como provável, havendo pequenas discordâncias com relação aos cálculos apresentados pelo Serpros. Não obstante a fase processual atual, vislumbra-se a possibilidade de desembolso com relação a este processo, tendo em vista ser provável a conciliação entre as partes. Não provisionado, esperando a conclusão das tratativas de acordo.

21.2 – Processos classificados com Possíveis ou Remotos de Execução

Além dos valores constantes do passivo, a Empresa está envolvida em 572 processos judiciais, cuja classificação está avaliada como de execução possível ou remota.

Em milhares de R\$

Execuções dos Processos	Quantidade	Quadro Externo	Quadro Interno	Total
Possíveis	395	5.687,2	18.252,8	23.940,0
Remotas	177	1.256,3	8.948,8	10.205,1
Total	572	6.943,5	27.201,6	34.145,1

A apropriação das provisões trabalhistas cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R1)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

21.3 – Contingência Tributária

Existe uma litigância entre o Serpro e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (Processo nº 50174658710), envolvendo suposto débito tributário de ICMS no valor de R\$ 250.357.047,77, de acordo com a certidão 350-01.519.608/2015.

Da ação civil ordinária supracitada, o Serpro conseguiu decisão monocrática em favor de sua tese, reconhecendo a imunidade tributária e anulando o suposto débito, que transitou em julgado antes da emissão do Balanço do 3º Trimestre. O risco desta ação é nulo, ainda há questões acessórias sendo discutidas e a possibilidade da tese da imunidade ser replicada em ações judiciais e administrativas está sendo discutida em nível da diretoria.

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O aumento desse grupo deveu-se quase que exclusivamente à variação de prejuízos acumulados, refletindo o lucro líquido do exercício (R\$ 232,2 milhões), de modo que o saldo passou de R\$ 636,6 milhões (dez/2017) para R\$ 868,9 milhões (set/2018).

22.1 – Lucros/ Prejuízos acumulados

Em milhares de R\$	
Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(186.616,4)
Lucro Líquido Acumulado	232.196,3
Saldo em 30 de setembro de 2018	45.579,9

NOTA 23 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

23.1 – Receita Bruta

Em milhares de R\$				
Descrição	Set/ 2018	Set / 2017	Variação	%
Receita Bruta	2.306.712,4	2.094.666,6	212.045,9	10,1
Serviços de processamento de dados	2.023.263,3	1.814.359,5	208.903,8	11,5
Desenvolvimento de software	185.453,2	148.622,5	36.830,6	24,8
Suporte e assistência técnica	86.186,3	112.662,6	(26.476,3)	(23,5)
Demais serviços	11.809,7	19.021,9	(7.212,3)	(37,9)

23.2 – Receita Líquida

Em milhares de R\$		
Descrição	Set/2018	Set/2017
Receita Bruta	2.306.712,4	2.094.666,6
(-) ISS	(91.529,8)	(102.604,1)
(-) PIS / PASEP	(35.192,6)	(31.720,3)
(-) COFINS	(162.116,3)	(146.122,4)
(-) ICMS	(108,4)	(139,5)
(-) INSS Patronal	(103.676,8)	(82.413,6)
(-) Descontos Concedidos	(1.705,7)	(1.147,6)
(-) Vendas Canceladas	(211,1)	(371,9)
(-) Outras Deduções de Vendas	(26.224,5)	(22.121,3)
Receita Operacional Líquida	1.885.947,4	1.708.025,8

23.3 – Resultado do Exercício

Descrição	Em milhares de R\$	
	Set/2018	Set/2017
Receita Operacional Líquida	1.885.947,4	1.708.025,8
Custo dos Serviços Prestados	(837.954,0)	(839.955,1)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(725.348,5)	(803.781,5)
Provisão para IRPJ e CSLL	(52.149,3)	(36.560,6)
Créditos tributários diferidos	(38.299,4)	22.333,3
Resultado Líquido do Exercício	232.196,3	50.061,9

Até setembro de 2018, a empresa apresentou lucro de R\$ 232,2 milhões que comparado ao mesmo período do ano anterior, R\$ 50,1 milhões, reflete um acréscimo de R\$ 182,1 milhões no lucro. Esse acréscimo é reflexo da conjunção dos seguintes fatores: aumento de produção, expansão do faturamento de clientes e a execução do faturamento de novos contratos.

23.4 – Custos e Despesas Operacionais

Desagregando-se os componentes do total dos custos e despesas, verifica-se redução de 5,3% com impacto positivo sobre o resultado de R\$ 87,4 milhões, cujo desdobramento deu-se da seguinte forma:

Gastos com pessoal e benefícios:

- Redução resultante de ajustes na estrutura dos gastos com pessoal, com destaque para a realização de Ações Preparatórias para Aposentadoria, que contribuiu para a queda do número de empregados e consequentemente redução da despesa com pessoal, e Acordo Coletivo de Trabalho cuja negociação resultou em reajuste com alíquota menor do que os índices realizados de IPCA no período, proporcionando impacto positivo para o resultado do exercício.
- Incremento de 5,3% dos gastos com benefícios, impactando negativamente em R\$ 7,2 milhões, destacando-se o crescimento observado em assistência a saúde, revelando um aumento de R\$ 7,0 milhões quando comparado com o mesmo período de ano anterior, devido ao reajuste pelo IPCA saúde, aumento da idade média dos usuários e elevação do volume da utilização dos serviços.
- Redução de 28,5% dos gastos com o plano de previdência complementar, com impacto positivo sobre o resultado de R\$ 37,8 milhões. Queda associada ao provisionamento da quantia de R\$ 31,8 milhões (ou R\$ 2,65 milhões mensais) para fazer frente a benefícios pós-emprego ao longo do exercício corrente, revelando substancialmente inferior ao valor de R\$ 86 milhões, apurado no exercício de 2017, que correspondeu a R\$ 7,2 milhões mensais.

Depreciação e Amortização

- Redução de 13,6% em parte aponta que os novos investimentos não têm sido suficientes para manter os níveis do Imobilizado e Intangível, que retrocederam R\$ 12,1 e R\$ 1,9 milhões respectivamente.

Locação e Comunicação

- Redução de 19,3% e 4,6%, respectivamente, impactaram positivamente as despesas operacionais em R\$ 12,5 milhões.

Manutenção e Serviços Profissionais

- Acréscimo das despesas com manutenção (13,0%) e serviços profissionais e contratados (33,2%), cujos impactos negativos, em conjunto, alcançaram R\$ 28,3 milhões.

Resultado com Ações Judiciais

- O impacto positivo de R\$ 16,0 milhões deveu-se em grande parte à reversão parcial de provisão decorrente de acordo referente a processo trabalhista (Nota 18 e Nota 20)

23.5 – Composição dos gastos na DRE

Em milhares de R\$

Descrição	2018			2017		
	CSP	Despesas	Total	CSP	Despesas	Total
Despesas de Pessoal	(622.145,5)	(607.628,9)	(1.229.774,5)	(623.585,5)	(643.990,1)	(1.267.575,6)
Depreciação/Amortização	(64.310,9)	(29.848,7)	(94.159,6)	(71.512,4)	(37.528,4)	(109.040,8)
Locação	(28.799,6)	(16.677,5)	(45.477,2)	(35.181,3)	(21.150,0)	(56.331,3)
Manutenção	(71.423,2)	(33.953,2)	(105.376,4)	(64.290,4)	(28.994,0)	(93.284,4)
Comunicação	(35.602,8)	648,1	(34.954,7)	(35.406,3)	(1.220,6)	(36.626,9)
Serviços Profissionais	(25.944,4)	(39.139,6)	(65.084,0)	(19.433,8)	(29.445,4)	(48.879,2)
Serviços Públicos	(10.217,2)	(12.542,8)	(22.759,9)	(9.264,9)	(12.256,1)	(21.521,0)
Créditos a Receber	-	(6.181,6)	(6.181,6)	-	(3.017,7)	(3.017,7)
Créditos Tributários	22.104,5	-	22.104,5	20.009,5	-	20.009,5
Desp. Tributárias	-	(2.991,5)	(2.991,5)	-	(2.853,6)	(2.853,6)
Materiais	(66,6)	(2.741,2)	(2.807,8)	(6,2)	(2.719,9)	(2.726,2)
Outras Despesas /Receitas	(1.548,1)	39.385,8	37.837,7	(1.283,8)	2.093,1	809,3
Judiciais	-	(12.623,4)	(12.623,4)	-	(28.639,9)	(28.939,9)
Total	(837.954,0)	(724.294,4)	(1.562.248,4)	(839.955,1)	(809.722,6)	(1.649.677,7)

NOTA 24 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

24.1 – Plano de previdência complementar

O Serpro oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo Serpros Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

Cabe ressaltar que as informações que se seguem são as disponíveis pela EFPC sobre o Plano Serpros PS-I e PS-II e referem-se a agosto de 2018.

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 31.03.2013. Em agosto de 2018, o PS-I contava com 2.140 participantes saldados ativos e 3.833 participantes assistidos e pensionistas. O plano contava com patrimônio social de R\$ 2,1 bilhões e equilíbrio técnico deficitário acumulado de R\$ 190,1 milhões, conforme balancete da EFPC em 31/08/2018, embora para fins de equacionamento deva ser considerado o deficit ajustado de R\$ 162,1 milhões.

O Plano PS-II, estruturado na modalidade de contribuição variável, em agosto de 2018 contava com 7.371 participantes ativos, definidos no regulamento como Contribuição Definida (CD) e 662 assistidos e pensionistas, definidos como Benefício Definido (BD). O Plano PS-II (CD) contava com patrimônio social de R\$ 1,9 bilhão e o PS-II BD com R\$ 1,3 bilhão e respectivo equilíbrio técnico superavitário acumulado de R\$ 245,1 milhões, conforme balancete da EFPC em 31/08/2018.

Vale destacar que, conforme reportado nas notas explicativas do encerramento do exercício 2017, projeta-se um reconhecimento de R\$ 31,8 milhões de despesas atuariais para 2018, de acordo com parecer elaborado por consultoria especializada. Até o terceiro trimestre de 2018, foram reconhecidos R\$ 23,8 milhões da referida despesa, correspondente à proporção acumulada no período.

24.2 – Demais benefícios

Quanto aos demais benefícios mencionados nas notas explicativas do segundo trimestre (auxílio-alimentação, assistência à saúde e plano odontológico), não houve modificação nas características e valores ora relatados.

NOTA 25 – PARTES RELACIONADAS

25.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

A política salarial do Serpro contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.592,99 e R\$ 43.042,06, considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R\$ 9.000,23.

Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 5.088,40 e R\$ 38.865,84 e média de R\$ 16.456,63.

Nos casos de cargos diretivos, a maior remuneração foi de R\$ 37.683,86, sendo a menor de R\$ 33.161,80 e a média de R\$ 33.915,48 (Resolução CGPAR nº3).

Atualmente, o Serpro não possui programa de remuneração variável baseada em ações (RVA), assim como outros benefícios de longo prazo a seus dirigentes, que não sejam empregados. Existe, em caso de exoneração de diretor, uma previsão de remuneração compensatória (quarentena) pelo período de 6 meses que deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

NOTA 26 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a DFC pelo método direto (NBC TG 03 (R3)).

Maria da Glória Guimarães dos Santos
Diretora- Presidente

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com Clientes

Izabel Cristina da Costa Freitas
Diretora de Governança e Gestão

Antônio Luiz Fuschino
Diretor de Desenvolvimento

Iran Martins Porto Junior
Diretor de Operações

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Diretor de Administração

Daniel Azevedo Pansani
Contador CRC-DF-021568/O-5